

Preocupação: crise social

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A extensão da moratória para os créditos junto ao Clube de Paris, isto é, créditos garantidos pelos governos, não surpreendem a comunidade financeira internacional. Na véspera, já havia anunciado que o Brasil se encontrava numa "moratória de fato", pois nenhuma negociação havia sido concluída para o reescalonamento de créditos junto ao Clube de Paris, cujos vencimentos deveriam ocorrer a partir de 1º de julho. Agora, a grande preocupação é com os desdobramentos sociais da crise brasileira e os acontecimentos de rua que se podem multiplicar perigosamente, segundo revelou ontem um importante banqueiro francês.

Desde que o Clube de Paris, em carta enviada a Brasília, considerou insatisfatórias as alternativas apresentadas à direção do clube, o Tesouro Francês, pelo embaixador Rubem Barbosa e Antonio de Pádua Selgas, diretor do Banco Central, já se esperava que o Brasil interrompesse parcialmente o pagamento dos juros com vencimento a partir de 1º de julho.

Isso não deverá, entretanto, provocar dificuldades mais agudas junto aos bancos, principalmente no que diz respeito às linhas de curto prazo que têm sido renovadas normalmente, o que permitirá aos bancos brasileiros no Exterior con-

tinuar operando. Essa moratória não provoca uma ruptura nos contatos que estão se desenvolvendo junto ao Clube de Paris e FMI. Na verdade, a expectativa dos bancos privados e mesmo dos governos europeus, países membros do clube, diz respeito ao relatório do FMI sobre a evolução da economia brasileira e que deverá estar concluído rapidamente.

A preocupação principal dos meios financeiros europeus situa-se agora mais na rua, isto é, com a evolução política e social no País, uma consequência das medidas de austeridade econômica adotadas. A recente agressão ao presidente José Sarney no Rio e o "quebra quebra" de terça-feira na mesma cidade têm contribuído para agravar a posição do País em termos de risco político, dificultando também os esforços de atração de investimentos externos. Há poucos dias, banqueiros franceses, ingleses e suíços revelaram que o grande impasse brasileiro era de natureza política. Essa impressão ainda prevalece junto a esses setores que não sabem se vão negociar com um governo que vai durar alguns anos, ou com um governo que poderá ter apenas alguns meses de sobrevivência. Não se teme uma ruptura, a curto prazo, do processo democrático, mas sim uma decisão soberana da Constituinte que poderá determinar uma redução do mandato presidencial.